



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE CAMPINAS  
Rua Regente Feijó, 1251 - Bairro Centro - CEP 13013-907 - Campinas - SP

CAMPREV-PRESIDENCIA/CAMPREV-CMP

## ATA DE REUNIÃO

Campinas, 16 de dezembro de 2021.

### ATA DA 39ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DO CAMPREV

18/11/2021

Aos dezoito dias do mês de novembro de dois mil e vinte e um, às 14h15min na sala situada no oitavo andar do prédio do CAMPREV, Rua Pastor Cícero Canuto de Lima, nº 401, Parque Itália - Campinas, SP, através da plataforma “Google Meet”, realizou-se a trigésima nona reunião Extraordinária do Colegiado, sob a presidência do Sr. Elias Lopes da Cruz, Presidente do CMP, a qual foi secretariada por mim, Denílson Pereira de Albuquerque. **I - ABERTURA:** Havendo número legal de Conselheiros foi, pela Mesa, declarada aberta a reunião na qual estiveram presentes os Conselheiros: Christiane Brandão, Débora Teixeira Chaves, Eliana Regina Antonelli de Moraes Cascaldi, Fernando César Oliveira Rodrigues, Henry Charles Ducret Júnior, José Joaquim Pereira, Misael Rogério de Souza, Moacir Benedito Pereira, Nelton Miranda Lima dos Santos, Nilda Rodrigues, Viviane Vilela Rezende Neves. **II - PAUTA:** Apresentação da Carteira de Investimentos – 3º Trimestre de 2021. **Participantes:** Andréia Bortoluzzi, Galdino Pereira, José Antônio de Oliveira, José Moacir Fiorin, José Ricardo, Leonardo Custódio, Leonardo Martins, Marivaldo Fernandes Maciel, Nelson Falsete Garcia, Ronaldo de Oliveira. Presidente iniciou a reunião saudando a todos e depois, explicou que a reunião seria apenas para apresentação e para tirar dúvidas e não para deliberação. Em seguida, o Diretor Financeiro Luis Carlos agradeceu a presença dos Conselheiros e Conselheiras e também do Consultor Ronaldo explicando como se daria as apresentações. Assim, o Consultor Ronaldo iniciou a apresentação fazendo alusão à fala de que tudo indica que dias piores virão, dita na última apresentação e confirmando que isso realmente vem acontecendo desde o final de outubro e início de novembro. Mencionou a falta de consenso entre os três poderes do Governo enquanto o país está abandonado e precisando ser gerido, e também o agravamento da situação a cada dia falando sobre a capacidade que o Governo tem de superar para piorar tudo. Explicou que o mês de setembro foi fechado com números negativos e não favoráveis, nos colocando em um outubro devastador e pior do que todos os meses. Disse que novembro está tentando recuperar mais na parcela da renda fixa, mas explicou que a parte de bolsa no contexto fiscal está sendo vista com maus olhos pelos investidores, pois a cada dia a dívida interna cresce mais. Desse modo, o governo vem pagando mais taxas, a curva de juros vem elevando e o COPOM está usando um instrumento de subir taxa de juros para conter a inflação, mas a solução que o governo está usando para conter a inflação está aumentando a taxa Selic muito lentamente. Explicou que o mercado está vendo é que o COPOM não está fazendo o que deveria e chegaremos a uma taxa Selic de cinco anos atrás de 14,25%, tendo em vista que ela tende a subir mais. Contou que temos hoje uma ITNB próxima de 5.33, ressaltando também que a taxa de juros real da meta do CAMPREV é de 4% e que a volatilidade da carteira tem diminuído, pois o Comitê vem reestruturando a carteira e isso tem surtido efeito. Mas, explicou que a compra de título público direto corta a taxa de administração a qual poderá compor a reserva e tem a prerrogativa de marcar esse título na curva onde sempre haverá rentabilidade positiva, pois será contabilizada cada rentabilidade. Explicou ainda que há muitas taxas, pois no momento de crise as taxas elevam, a moeda real cai e a moeda dólar sobe. Disse que a crise se agravou e que teremos mais volatilidade e, conseqüentemente, as taxas elevam, o real diminui e o dólar aumenta. Reafirmou que estamos vivendo uma crise ainda maior do que da última vez e o cenário piorou, mas com as eleições do ano que vem, a volatilidade tende a subir. Explicou que se fizermos a compra direta de título fugiremos da volatilidade e deixaremos de dar dinheiro para bancos, pois economizaremos na taxa de administração e, incredivelmente, garantiremos a meta atuarial, tendo apenas questões positivas. Disse que temos dinheiro aplicado em bancos grandes e fundo de renda fixa que

compra só título público no qual é pago taxa de administração, entretanto tem entregado rentabilidade negativa. Sugeriu que paremos de olhar fundos na parcela de renda fixa para usarmos o dinheiro que estiver positivo para migrar e adquirir título público direto para montar uma carteira de título público. Em continuidade, disse que quando temos um país em um contexto muito ruim, vemos que na parcela da renda fixa acabamos apanhando pela marcação no mercado e pela oscilação dos preços, mas acabamos apanhando também na renda variável e temos na carteira muitos fundos que estão sofrendo esse impacto. Contou que nesse caso não devemos mexer em fundo que está rendendo negativo na renda variável. Apontou que na carteira praticamente todos os fundos estão rendendo negativo com exceção de dois fundos. Explicou que pensar em alocação de título para Política de Investimento do ano que vem é pensar em uma carteira que busque menos risco e busque reduzir o percentual alocado em renda variável. Disse ainda que está havendo oscilação porque grande parte do dinheiro em bolsa está nas mãos dos estrangeiros, e quando veem o desgoverno de um país abandonado retiram o dinheiro e aguardam até que o país se reestruture. Em contraposição, dado que a correlação é negativa, quando olhamos um multimercado, temos uma rentabilidade muito favorável, positiva e promissora em razão da diversificação. Apontou que a Lei nos permite investir até 10% em multimercado assim, quando olharmos a política, é interessante que coloquemos 10% de alocação objetivo para buscar o que a lei permite e buscar um segmento numa classe de ativos. Disse que existe também a possibilidade do fundo de investimentos no exterior de comprar cotas em outros fundos no mercado global e também existe o fundo BDR nível 1, que vai buscar os papéis na bolsa americana com um plus de aproveitar o dólar dado que esse fundo não tem hedge cambial. Assim, podemos ganhar um pouco mais com a variação do câmbio. Contou que na política de investimentos atual, já deixamos como limite máximo de investimentos no exterior os 10%, afirmou que tem espaço para aumentar, é promissor e é uma alocação que poderemos manter. Disse que deixamos também como limite máximo os fundos de multimercado e podemos pensar em aumentar o limite máximo do que permite a lei. Sugeriu que fosse considerado comprar título público direto, explicou que por enquanto não é possível mexer na bolsa, pois a maior parte dos fundos está com a rentabilidade negativa e deveríamos dar para quando os fundos voltarem a ter rentabilidade positiva os realocarmos, mas podemos também acelerar um pouco de olhar fundo multimercado de investimento no exterior e o segmento de investimento no exterior para aproveitarmos fundos de BDR nível 1. Sobreposição do relatório fechamento de setembro, apontou que fizemos realocação saindo de volatilidade do IMA-B, onde zeramos a posição para realocar a carteira e, destacou que foi resgatado quase cinco milhões de reais do fundo XP Macro Institucional Multimercado por não ser trelado ao S&P 500 e estar rendendo próximo ao CDI, ou seja, agregando risco e tendo pouca rentabilidade. Apontou também que foi sacado quatro milhões do AZ Quest e aplicado cinco milhões e quinhentos no BBDI, no Mauá foi sacado cinco milhões e setecentos, porque também não estava sendo promissor com muito risco e pouca rentabilidade. Foi aplicado dez milhões no DI sendo que todos os seus resgates são para custos do dia a dia, foi sacado vinte milhões do Bradesco Selection e novamente foi aplicado quinze milhões e meio no DI. Continuou, e disse que foi aplicado cinquenta e nove milhões no IBK 2, o qual é um fundo pré para conter a volatilidade e foi sacado sessenta e um milhões do IMA-B. Assim, explicou que o que foi feito nesse mês de setembro foi a diminuição da volatilidade da carteira trazendo fundos que tenham títulos mais curtos e ainda aproveitamos o contexto de diversificação. Sobre o segmento de investimento no exterior, disseram que tem uma impressionante rentabilidade no ano e as duas classes de ativos foram um acerto da posição que temos até os dias de hoje. No posicionamento de setembro, explicou que o prejuízo ocorreu com o advento da pandemia, pois havia uma rentabilidade cravada em quase vinte por cento e depois, começa uma corrida de recuperação da carteira que durou até meados desse ano e, nos últimos meses, a carteira teve outra queda, uma vez que a inflação está sendo mais fortes e os fundos não estão conseguindo buscar essa recuperação. Destacou que a carteira do CAMPREV não está errada, mas o mercado reverteu do que deveria ser o normal. Na renda fixa, explicou que há muito dinheiro do qual é possível à realocação, mas é necessário autorizar a Política de Investimentos a abertura para essa compra que seria realizada diretamente e passaríamos a trocar investimentos que estão trazendo volatilidade para buscar um com maior rentabilidade. Terminou a exposição frisando que a cada dia o governo se supera para piorar e isso reflete na nossa carteira, mas lembrou de que em momentos de crise, cria-se a oportunidade. Após a exposição do Consultor Ronaldo, o Diretor Financeiro passou a palavra aos Conselheiros para que tirassem suas dúvidas. Na sequência, a Conselheira Viviane questionou o motivo de não ter sido realizado o investimento em títulos públicos antes, o que o Consultor Ronaldo respondeu explicando que não havia sido feito até então o ciclo de cada taxa de juros e como havia uma taxa Selic a dois por cento, não faria sentido comprar um título que paga a taxa de juros real e com o contexto do país nos últimos meses, essa taxa do título público aumentou tanto que passou a ter um valor maior do que a necessidade estipulada na política de investimentos. Assim, é o tempo de mercado que propicia essa

compra, visto que antes não tínhamos uma taxa de bater a meta atuarial diretamente. A Conselheira dialogando com o Consultor, disse que já tínhamos uma quantia que era investida nisso, embora não fosse tanto, e nesse momento está muito propício. Perguntou se, caso fizermos essa alteração na carteira de investimentos, estaríamos fixando algo, visto que isso também é arriscado já que pode mudar novamente. Em resposta, o Consultor Ronaldo apontou que e passando a chance de comprarmos e de a parcela cumprir meta e garantir por anos à frente o batimento de meta, completou dizendo que se passar a introduzir essa compra e ir monitorando é a mesma coisa de comprar fundos em momentos diferentes, pois ao mesmo tempo em que a taxa está se elevando e temos a oportunidade de adquirir taxa maior, se demorarmos muito pode ser que o mercado voltar a ter taxas menores e a oportunidade terá passado. Desse modo, a Conselheira Viviane perguntou qual seria a periodicidade dessas várias compras, visto que podemos perder por estarmos vinculados no momento em que as taxas caírem. O Consultor Ronaldo respondeu que não perderemos porque a taxa terá sido paga, já que quando o título público é comprado à taxa adquirida é fixa e no resgate é recebido o valor pela vida do título, explicando ainda que é de marcar na curva para fugir da volatilidade, garantindo a taxa e deixando a carteira com menos riscos. Depois, a Conselheira perguntou quais seriam os riscos efetivos, o que o Consultor respondeu explicando que não há riscos, pois estaremos comprando o ativo com o menor risco do mercado, não teremos oscilações de preço porque a taxa adquirida será carregada na curva, economizaremos ao não pagar taxa de administração para os bancos e será protegido a médio e longo prazo fluxo do passivo. A Conselheira perguntou ainda o que precisamos hoje na estrutura do CAMPREV para operacionalizar isso, o que o Consultor respondeu dizendo que é tudo muito tranquilo, sendo necessário ter todas as identidades credenciadas e, exemplificou, explicando que quando determinado qual o título e qual o vencimento, mandarão o preço através das identidades credenciadas e quem mandar o menor preço é com quem iremos executar. Contou que há varias corretoras com regimes próprios que além de fazer a negociação é feita também à guarda e cobram corretagem zero. A Conselheira perguntou então se teríamos que pagar a taxa administrativa, o que o Consultor Ronaldo explicou dizendo que a corretora cobra a taxa de corretagem que não se confunde com taxa de administração de fundo. Por último, a Conselheira Viviane questionou sobre os investimentos no exterior perguntando se é possível que seja aumentado esse investimento, o que foi respondido que o que está na nossa política é 2% de Multimercado e 2% de investimentos no exterior, sendo a Lei permite 10% em cada. Logo após, o Conselheiro Miranda fez suas ponderações explicando que tem dificuldade com economia e destacou que o Consultor Ronaldo frisou o tempo todo, hoje e nos últimos meses, que é importante investirmos em título público direto, mas dialogando com a Conselheira Viviane, disse que não é direto e que teremos que comprar de corretora. E, no painel mostrado, havia dito que temos investimentos em títulos públicos que estão vinculados aos fundos. Dessa forma, indagou qual a diferença E como havia sido mencionado, tem corretora que tem zero de taxa, mas é com ela que temos que comprar o título público. O Consultor Ronaldo respondeu que quando é aplicado dinheiro em fundo de investimento é dado o dinheiro do CNPJ, mas é o CNPJ fundo que vai comprar o título público adquirindo título do mercado obrigatoriamente utilizando uma corretora. Disse que a carteira tem um monte de corretora trabalhando para cada dinheiro que é investido no fundo, pois os fundos que compram títulos públicos foram comprados de uma corretora. Assim, explicou que havia dito no sentido de ser comprado diretamente com a corretora o título para a carteira do CAMPREV. O Conselheiro então, explicou que tem uma questão ideológica que o incomoda bastante, pois quando é falado de título público quem banca é o povo e o Estado. Disse que quando é falado que criaremos uma política de Investimentos para 2022 investindo em títulos públicos diretos, pois os banqueiros desse país não querem pagar juros e correções dos investimentos que fazemos, estamos fazendo o que a maioria dos investidores fazem que é quebrar o Estado e ganhar dinheiro em cima do povo. Disse que entende o movimento, visto que estamos em um sistema selvagem financeiro e capitalista, mas não pode deixar de dizer que nós, CAMPREV, vamos fazer o mesmo que os grandes investidores ávidos por dinheiro vão buscar pelo país. Em resposta, o consultor Ronaldo afirmou que a preocupação do conselheiro Miranda já é fato, pois fazemos isso há anos. Disse que o conselheiro tem toda razão, pois quem está financiando o governo somos nós, só que até então estamos pagando uma taxa através do veículo fundo. O Conselheiro Miranda respondeu afirmando que tem consciência disso, mas falou por que isso precisa ser anunciado sempre para que não naturalizem algumas práticas, acrescentou que gostaria que estivéssemos discutindo outras possibilidades de investimentos sem onerar o estado e o bolso das pessoas desse país. Em seguida, a Conselheira Inajara disse que o Consultor Ronaldo havia descoberto a roda, pois dizer que estava investindo em Fundo de Investimento pagando taxas, corretagens, tomada de dinheiro quando título era público sendo que sempre pode. Contou que havia sugerido em uma reunião a compra de título público direto e falou que o Covid-19 fez o consultor Ronaldo descobrir a roda, e completou dizendo que sempre achou um absurdo pagar taxas para títulos públicos. Falou sobre o prejuízo que teremos para pagar um fundo para gerenciar uma coisa

que sempre podemos comprar direto seja individual ou CNPJ, se expressando indignada por termos perdido dinheiro e também espantada por estarmos gerindo um fundo com milhares de vidas. Sobre investimento no exterior disse que concorda, mas sugeriu que fossemos devagar, pois se mudar alguma lei interna brasileira pode não haver o retorno esperado. Em resposta, o Consultor Ronaldo explicou que era como havia explicado para Conselheira Viviane sobre as taxas de juros. Assim, a conselheira Inajara questionou o motivo de comprar em um fundo de investimento já não sendo favorável com todas as corretagens, e afirmou que estava questionando a lógica. Explicou que é algo que poderiam fazer direto sem pagar nada disso, independente de ser favorável ou não e diversificação fica segura, já que é o mais tradicional. Continuou e disse que não se compraria título, pois haveria menos perda e completou dizendo que esse é o resultado da privatização. O Consultor Ronaldo concordou com a Conselheira Inajara dizendo que é indiscutível que é melhor ter o título comprado direto do que através de fundo, já que pelo fundo pagamos pedágio e taxa de administração. Após, o Conselheiro Fiorin questionou ao consultor Ronaldo qual seria o vencimento do ano do tesouro direto, o que o consultor respondeu dizendo que o mercado degingolou tanto que tem para vencimento daqui um ou dois anos uma taxa de 5%. O conselheiro disse que concorda com o exposto pelo consultor explicou que devemos garantir esse diferencial que é a meta de 4% e sem bater a meta, todo o cálculo atuarial do CAMPREV fica prejudicado e então, a Carteira de Investimentos deve correr atrás para tentar andar na mesma velocidade. Sugeriu que fossem comprados títulos mais longos e se as taxas continuarem subindo, esse título vai apresentar um prejuízo momentâneo, e o Consultor Ronaldo completou dizendo que o que irá apresentar prejuízo momentâneo será os fundos que tem títulos públicos, pois a CBN obriga a marcar mercado. Disse que as taxas de corretagem não são específicas e são bem baratas. Perguntou em seguida, se a parte que esta rendendo negativa não pode ser resgatada desta aplicação, e o Consultor responderam que não. O Conselheiro disse ainda que usando os relatórios anuais, fica mais difícil para sabermos se ano passado tivemos rentabilidade. O Consultor Ronaldo em resposta, disse que esse é um conceito muito importante, pois tem fundo que entramos há cinco anos e é preciso ver toda a trajetória de aplicação e resgate para que seja apurado quanto de dinheiro positivo tem para ser realocado. O Conselheiro evidenciou que esse ano está todos praticamente negativados, mas pegar rentabilidade dos outros que estão rendendo positivo dos anos anteriores podem gerar uma rentabilidade positiva que possa resgata-los. Depois, a Conselheira Eliana fez suas colocações relatando que na última reunião que discutimos sobre a carteira de investimentos, foi trazida a necessidade de fazer essa realocação. Então, houve a diminuição da renda fixa, o aumento da renda variável. Contou que esteve vendo algumas atas do COMIN, mas sentiu falta para que pudesse se inteirar um pouco mais, explicando que a ata do COMIN subsidia essa reunião. Falou também sobre o Plano de Investimentos, perguntando se as metas são iguais em todos os anos, o que o Consultor Ronaldo respondeu dizendo que não, pois fazemos algo que vai além do normal em benefício do CAMPREV e temos uma taxa menor do que a estipulada pela Secretaria de Previdência. Explicou que com a taxa menor, o passivo já está precificado numa taxa menor, ou seja, é gerado um passivo maior precisando cobrir esse déficit e poderíamos utilizar a taxa que a Secretaria de Previdência desse ano que foi de 5,47% e do ano que vem que está prevista para 5,04%, mas se fizermos isso geraríamos mais ativos e menos passivos e há anos fazemos isso e já cobrando a taxa de uma meta menor. Disse que em determinado momento foi decidido com atuário estabelecer 4% e é muito melhor, pois já temos o passivo precificado. Com relação à ata disse que não saberia responder. A conselheira perguntou ainda se até o final do ano a nossa carteira não terá modificações, visto a modificação necessária foi feita em agosto. O consultor respondeu e dizendo que ainda há espaço para aumentar investimentos no exterior, bem como para aumentar multimercado e também alterar a política atual. Na sequência, o Conselheiro Henry iniciou suas ponderações parabenizando Consultor Ronaldo pelas explicações e dizendo que concorda com as posições que foram apresentadas. Disse que também acha que a locação do título direto é vantajosa e perguntou se os limites que são colocados nas nossas alocações são da Portaria do Conselho Monetário Nacional, o que o Consultor Ronaldo respondeu afirmando que tudo é respaldado na Portaria, pois quando é informado na Secretaria de Previdência é gerada automaticamente uma notificação caso não esteja nos termos da Lei. O Conselheiro completou dizendo que algumas posições da Carteira estavam diferentes, mas como estava posicionada antes, essa diferença é aceitável. Sobre aplicação direta no Tesouro Direto, disse que já tinha se fomentado em nossa ultima reunião, mas lembrou que havia um pré-requisito para realizar essa alocação. O Consultor Ronaldo explicou que se trata do estudo de ALM que irá nos entregar para entender qual título comprar. O Conselheiro perguntou ainda se o 5.3%, caso tenhamos o título para dez anos, será essa porcentagem a cada ano e incidentes em juros compostos. O Consultor respondeu explicando que incidentes em juros compostos é apenas taxa real, pois toda inflação completa de dez anos irá para o bolso, explicando ainda como ocorre a proteção do passivo. Após, o Servidor Sidney contou que no final do mandato do Conselho anterior foi discutido a ALM e estavam com a FIPE, mas ninguém da FIPE

apresentou ao Conselho e o estudo que a LDB fez foi apresentada depois que aprovamos a PAI. Disse que pelo contexto do estudo é de suma importância tanto o conteúdo quanto o conhecimento por todos os Conselheiros antes de aprovar a PAI e que já era discutido como possibilidade de alocação o aumento na ordem de sessenta e quatro milhões, e vendo os relatórios de investimentos estamos em torno 5% sendo que a própria ALM já trazia essa possibilidade. Explicou que é um puxão de orelha para Administração e um alerta para que não cometamos o mesmo erro e assim que ficar pronto o estudo, o Conselho deve olhar para a realidade do momento. Disse que antes que seja aprovado a PAI, deve ser apresentado e explicado para que todos os Conselheiros tenham essa compreensão. O Consultor Ronaldo concordou e completou dizendo que assim que finalizado o estudo, marcaremos uma nova data para que apresente e de conforto a todo mundo para enxergar os resultados na Política de Investimentos e aprovar. Sobre a marcação na curva disse que foi um dos que sempre provocaram a Administração, pois diziam que o título estava amarrado, mas entende que hoje o momento é oportuno, embora não saiba se valeria a pena comprar o título mais longo ou com vencimento mais próximo, mas entende que é importante e o CAMPREV precisa ver o que deve ser feito na carteira. Sobre a meta atuarial a qual mantemos em 4%, disse que em um estudo que a FIPE fez com a compra de vidas trouxeram uma meta de 4,3% e essa elevação criaria uma rentabilidade nos ativos, mas estaríamos comprando mais vidas do que seria prudente já que estaríamos projetando uma arrecadação maior na carteira. Ponderou que acha mais prudente a meta de 4%, mas apontou que compramos vidas que foram adquiridas pensando no rendimento de 4,3% sendo que sequer batemos a meta de 4%. Logo em seguida, a Conselheira Viviane contou que isso já foi discutido na compra de vidas que era arriscado, inclusive se fosse continuado. Disse que havia dito que não é o momento para continuar e mesmo assim foi feita a contratação da FIPE para continuar esse procedimento. Diante disso, o Conselheiro Fiorin sugeriu que não deveria dar continuidade à compra de vidas e completou que a Prefeitura deve pagar por isso e quando deixar de ser deficitário aí podemos pensar em outro estudo. Disse que estamos assumindo uma responsabilidade da Prefeitura que não é nossa. Após, a Conselheira Débora dialogando com os Conselheiros Fiorin, Sidney e Viviane disse que foi aprovado o Plano de Sustentabilidade da FIPE e vai acontecer lamentavelmente, e o projeto do Presidente do CAMPREV é ter 100% da compra de vidas, como ele mesmo falou em uma das reuniões. Em seguida, o Diretor Financeiro falou sobre a Política de Investimentos de 2022 e disse que já foi enviada via SEI uma proposta de mudança da política sugerindo que assim que o estudo estiver pronto, seja anexado para depois ser marcada a data da apresentação. Sobre as atas anteriormente mencionadas pela Conselheira Eliana, informou que verificará todas as atas que estão atrasadas para publica-las até segunda-feira, dizendo ainda que esse tipo de cobrança é positivo. Sobre a meta atuarial de 4%, relatou que havia assistido a uma palestra de um Procurador do Tribunal de Contas de São Paulo e ele fez uma alerta onde explicou que estão criando falsas metas sabendo que os Institutos não vão cumprir, pois o mercado não está permitindo e explicou que pelos esforços que estamos fazendo esse ano, se fecharmos zerados, fecharemos bem, pois a chance é de fecharmos negativos na inflação. Disse que se nesse ano a meta for 0,5% não iremos cumprir e quando é falado sobre essas metas 6% considera meio irresponsável, pois estão aumentando uma meta quando não estão nem cumprindo a que temos. Sobre a política de crédito, explicou que os investimentos do exterior disse que é permitido até 10%, mas até sair o Pró Gestão ainda estaremos no limite do que temos hoje, e essas movimentações na carteira feitas no PPR e SPP é um segmento que podemos ir, pois não é um segmento do exterior diretamente, mas faz as operações de empresas, e com o Pró Gestão teremos a liberdade de investir um pouco mais no exterior. Contou também que no último mês tivemos um fechamento na carteira negativo em onze milhões e se não fosse os fundos do exterior, esse valor seria de dezessete milhões. Depois, a Conselheira Viviane perguntou sobre a elaboração dessa proposta da Política de Investimentos. O Diretor Financeiro respondeu explicando que para essa proposta foi observado o que está na Lei, foi feita atualização do cálculo atuarial e foram feitas também algumas sugestões de alterações em alguns fundos sendo que um deles é a marcação da curva. Continuou explicando e contou que a proposta de 2021 tinha um erro e ela tem um limite mínimo para colocar em renda fixa de 60%, mas na política estava 70%. Disse que estão propondo que a alteração seja de 60% no limite mínimo, pois é o que a legislação permite. Contou que outra proposta de alteração é de criar marcação na curva com limite de 20%, mas ressaltou que isso não quer dizer que iremos colocar os 20%. Explicou que legislação dispõe que é necessário ter o máximo que garante chegar até o final no investimento, não podendo resgatar o dinheiro. Afirmou que a proposta da Política de Investimentos que está no SEI já está baseada nesses cálculos. Por fim, o Presidente agradeceu os esclarecimentos do Diretor Financeiro e do Consultor Ronaldo e disse que teremos até o início do mês de dezembro para fazer a deliberação. Contou que esse foi um ano difícil para os investimentos no mundo inteiro e disse que devemos planejar para que no ano que nos recupere, e ainda explicou que não temos a opção de não investir, mas tentaremos mitigar os prejuízos. **IV - DELIBERAÇÃO:** Por se tratar de assunto expositivo,

não houve deliberação. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente agradeceu a presença dos conselheiros e deu por encerrada a reunião. Do que, para constar, foi lavrado a presente Ata sendo assinada por mim, Denilson Pereira de Albuquerque- Secretário do CMP, que a lavrei, pelos conselheiros presentes, estando devidamente de acordo com os termos acima.



Documento assinado eletronicamente por **DENILSON PEREIRA DE ALBUQUERQUE, Secretário(a) do CMP**, em 16/12/2021, às 16:32, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO CESAR OLIVEIRA RODRIGUES, Conselheiro(a) Deliberativo**, em 16/12/2021, às 17:41, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ELIANA REGINA ANTONELLI DE MORAES CASCALDI, Conselheiro(a) Deliberativo**, em 16/12/2021, às 17:46, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ELEONORA CHRISTIANE MARQUES BRANDÃO, Conselheiro(a) Deliberativo**, em 17/12/2021, às 15:10, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MOACIR BENEDITO PEREIRA - OAB 97.071, Conselheiro(a) Deliberativo**, em 20/12/2021, às 10:34, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **NILDA RODRIGUES, Vice Presidente**, em 21/12/2021, às 16:26, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **NELTON MIRANDA LIMA DOS SANTOS, Conselheiro(a) Deliberativo**, em 28/12/2021, às 16:06, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **VIVIANE VILELA DE REZENDE, Conselheiro(a) Deliberativo**, em 29/12/2021, às 08:57, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **DEBORA TEIXEIRA CHAVES SILVA, Conselheiro(a) Deliberativo**, em 03/01/2022, às 15:54, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **HENRY CHARLES DUCRET JÚNIOR, Conselheiro(a) Deliberativo**, em 06/01/2022, às 16:16, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Misael Rogério de Souza, Conselheiro(a) Deliberativo**, em 04/02/2022, às 12:51, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **JOSE JOAQUIM PEREIRA FILHO, Conselheiro(a) Deliberativo**, em 09/02/2022, às 09:28, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **ELIAS LOPES DA CRUZ, Presidente**, em 09/02/2022, às 16:16, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.campinas.sp.gov.br/verifica> informando o código verificador **4852608** e o código CRC **1092340A**.